



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012905-37.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse**  
 Impugnante: **Ivair Andriani Costa**  
 Impugnado: **José Eudes Rodrigues de Freitas**

Vistos, etc.

Decidindo este incidente de impugnação ao valor da causa, observo que o dispositivo contido no artigo 258 do Código de Processo Civil, determina que a toda causa, ainda que sem conteúdo econômico imediato, será atribuído valor certo.

As regras para atribuição do valor à causa, estão estabelecidas nos artigos 259 e 260, do Código de Processo Civil.

Há que se observar também, que no caso das ações possessórias, bem como para outras ações de procedimento especial, o Código não prevê regra própria para a determinação do valor a ser atribuído à causa.

Ante tal omissão, a jurisprudência vem se manifestando no sentido de que, nas ações possessórias, aplica-se por analogia o dispositivo contido no art. 259, inc. VII, do CPC, de modo a ser levada em consideração, a estimativa oficial para lançamento do imposto.

Outrossim, há entendimentos no sentido de que deve ser considerado o proveito econômico para as partes.

Assim, quando as demandas versarem sobre bens imóveis, o valor da causa deverá corresponder ao benefício patrimonial pretendido pelos litigantes ou ao valor do bem em questão.

No caso dos autos em apenso, cuidando a ação de pedido de reintegração de posse, no qual, a princípio não se tem um proveito econômico imediato, deve prevalecer como valor da causa o valor do imóvel.

Como decidido pelo Egrégio Tribunal de Justiça, nos autos do Agravo de Instrumento Nº: 0198120-72.2012.8.26.0000, “...é pacífico na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o valor da causa deve



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*corresponder ao do interesse econômico em discussão. Evidenciada a incorreção do valor atribuído à causa em razão da norma processual incidente e do bem jurídico vindicado, afigura-se legal a decisão judicial que altera aquele quantum, adequando-o à correta expressão pecuniária. Precedentes desta Corte Superior. Recurso a que se nega seguimento..." (STJ, Resp n. 938.239-RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, decisão monocrática, j. 13.06.07, DJ 29.06.07).*

*Como a ação de imissão de posse ostenta aspectos aparentados aos da reivindicatória, é de razoável entendimento aplicar-se, para a fixação do valor da causa, o disposto no inciso VII, do art. 259, do CPC (RJTJSP 108/276).*

*Não há regra específica sobre o valor da causa nas ações possessórias, nada impedindo que se aplique, por analogia, o art. 259, VII, do CPC, apurando-se segundo o valor venal constante do lançamento do imposto predial" (RT 604/117, JTACivSP 97/11).*

No mesmo sentido veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE IMISSÃO NA POSSE. VALOR DA CAUSA. PECULIARIDADES DA SITUAÇÃO FÁTICA CONCRETA. - À falta de disposição legal específica no CPC acerca do valor da causa nas ações possessórias, entende a jurisprudência assente no STJ que tal valor deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido pelo autor com a imissão, a reintegração ou a manutenção na posse. - Ainda que não se vislumbre proveito econômico imediato na ação de imissão na posse, não se pode desconsiderar a natureza patrimonial da demanda. - Assim sendo, à causa deve ser dado o valor despendido pelo autor para aquisição da posse, que, na situação fática específica dos autos, corresponde ao valor da adjudicação do imóvel sobre o qual o autor pretende exercê-la. (Resp 490.089, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 13.05.03)

REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Valor da causa - Impugnação - Ausência de critério legal para sua aferição - Valor venal do imóvel que deve ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

considerado para fins de fixação do valor da causa - Aplicação por analogia do art. 259, VII, do CPC - Complementação das custas necessária Recurso improvido. (Agr. Inst. nº 991.09.024864-4, rel. Cunha Garcia, j. 30/11/2009).

VALOR DA CAUSA - Ação possessória - Critério analógico ao das ações reivindicatórias - Inteligência do art. 259, inciso VIII, do Código de Processo Civil" (TJ/SP - Agravo de Instrumento nº 7159787200 - 19a Câmara de Direito Privado - Relator SEBASTIÃO JUNQUEIRA).

Ante todo o exposto, a improcedência deste incidente é de rigor, posto que à ação em apenso deveria mesmo ter sido atribuído a estimativa de valor oficial do imóvel, qual seja, o seu valor venal que, de acordo com o documento de fls. 104, corresponde a R\$ 42.944,40.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo improcedente este incidente.**

Eventuais custas deste incidente, pelo impugnante.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 04 de junho de 2014.

THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO

JUIZ DE DIREITO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**